

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: 20

Data 09/09/84 Pg.: _____

É possível conter conflitos na Amazônia

LUIZ SALGADO RIBEIRO
Da nossa equipe de reportagem

Bastam duas providências para o governo conter consideravelmente os conflitos, cada vez mais sangrentos, pela posse da terra e o igualmente criminoso processo de devastação da Amazônia: a suspensão dos incentivos fiscais para os "projetos agropecuários" e a não concessão de títulos de propriedade na regularização de áreas de posseiros ou projetos de colonização com fim social.

É certo que só duas providências não serão suficientes para solucionar esses problemas, resultantes do acúmulo de tensões sociais, da péssima distribuição fundiária e do capitalismo, cada vez mais selvagem, que domina o País. Essa solução — é claro — depende de uma ampla reforma, não apenas agrária, mas de toda a estrutura social, econômica e cultural da sociedade brasileira. Porém não se pode esperar que todas essas mudanças ocorram de uma hora para outra, como um milagre de Deus ou de uma revolução atêia. Assim sendo, é indispensável que se faça imediatamente alguma coisa para, pelo menos, conter o agravamento dessas questões.

Os incentivos fiscais

Os últimos 20 anos do processo de ocupação da Amazônia já demonstraram cabalmente o desastre que foi e continua sendo a aplicação de incentivos fiscais em "projetos agropecuários" na região. Por esse sistema — adotado a partir de 1964 — as empresas passaram a ter o direito de usar (sem pagamento de juros ou correção monetária) 50% do imposto de renda devido por elas, na implantação e desenvolvimento de seus latifúndios na Amazônia.

Com isso, o governo reconhecia sua incapacidade como gestor de recursos públicos e admitia que eles

podiam surtir melhores efeitos para o desenvolvimento da região, se aplicados e administrados pela iniciativa privada. O que se viu, porém, foi muito diferente do que se havia imaginado. A iniciativa privada é boa gestora de seus próprios recursos, mas, quando se trata de dinheiro do povo ou do governo, é tão perdulária, corrupta e violenta quanto a pior das administrações públicas.

Assim, armado com o dinheiro que deveria servir ao interesse público, o grande capitalismo multinacional ou tupiniquim investiu sobre a Amazônia com uma selvageria sem limites. Logo de início, detonou um processo de especulação imobiliária sem nenhum paralelo na história do País. Terras perdidas nas regiões mais inacessíveis passaram a ser disputadas em uma corrida completamente irracional. Expedições de topógrafos vagavam meses pelas selvas tentando localizar glebas que, até então, só eram conhecidas como quadradinhos nos mapas. Enquanto isso, grandes tratores eram desmontados, para serem transportados peças por peça — juntamente com material de construção, arame farpado e animais — em pequenos aviões que desciam em clareiras abertas na mata. Pistoleiros foram contratados para desalojar posseiros e manter milhares de peões submetidos a trabalho escravo na devastação da floresta para formação de pastagens.

Desastres

E ninguém se preocupou com os custos de tais loucuras. Afinal, o dinheiro era do governo... O resultado dessa aventura não poderia ser outro. Desastre econômico, na medida em que a maioria desses empreendimentos não tem a menor perspectiva de virem a dar lucros e restituir com novos impostos o que já foi retirado dos cofres do governo. Desastre ecológico, pois na pressa de

se apoderarem de terras e incentivos fiscais, as empresas deram prioridade à formação de pastagens. Com isso queimaram matas que poderiam ter aproveitamento melhor com a extração da madeira, castanhas e outros recursos naturais em um processo integrado de exploração florestal. E, as pastagens formadas há menos de 10 anos — em solo arenoso, permanentemente castigado pelo sol forte e chuvas torrenciais — já estão se transformando em desertos.

Mas, o pior de todos é o desastre social, da ocupação dessa vasta região sob o signo de uma violência imposta por um "coronelismo" em que os "coronéis" não têm nome, nem estão presentes na região para conter os excessos de seus jagunços e lugares-tenente, pois são sociedades anônimas, distantes, frias e só preocupadas com o aumento de seus patrimônios.

Essa série de desastres continua sendo alimentada com recursos públicos. Somente no primeiro semestre deste ano a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — Sudam — liberou Cr\$ 29 bilhões para esses projetos agropecuários. Dinheiro que certamente seria muito melhor empregado em atividades de interesse público, a começar pela implantação de um mínimo de segurança e justiça nessas terras sem lei.

Terra para quem trabalha

Dar terra para quem nela trabalha não quer dizer, necessariamente, conceder títulos de propriedade a posseiros e trabalhadores rurais. A experiência tem demonstrado que grande parte deles — tão logo recebe esses títulos — acaba vendendo suas propriedades a médios e grandes fazendeiros, neutralizando e desmoralizando esforços para uma distribuição social da terra. O projeto de colonização Terranova, no norte de Mato Grosso é um claro exemplo

desse processo: das 1.800 famílias de sem-terras, levadas do Rio Grande do Sul para lá a partir de 1978, mais de 600 venderam seus lotes, de 100 hectares cada, assim que passou o prazo de carência de 5 anos, imposto pelo Incra para a transferência da propriedade das glebas.

O Incra e o Getat têm centenas de outros exemplos de fazendas desampliadas para assentamento de colonos e regularização de posses que acabaram sendo reagrupadas nas mãos de médios e grandes proprietários, após enormes despesas governamentais para a demarcação dessas terras, construção de estradas, escolas, hospitais e custeio dos trabalhadores.

O mais grave é que, após venderem suas terras, boa parte desses trabalhadores vai procurar fazer novas posses, vai invadir outras propriedades e aumentar os focos de tensão e banditismo. Cria-se com isso a estranha figura do "posseiro profissional", que não quer a terra para trabalhar e, sim, para especular.

A maior parte desse problema certamente seria resolvido com a não concessão de títulos de propriedade às áreas distribuídas com finalidade social. Se o colono ou o posseiro quer a terra para trabalhar, não importa que ela permaneça como propriedade do Estado, que pode garantir ao lavrador o direito perpétuo de trabalhar nela, porém sem condições de vendê-la. Com um contrato de comodato ou arrendamento, o trabalhador pode conseguir financiamento para suas lavouras, o que torna desnecessário o título de propriedade.

Se — como meeiros — milhares de lavradores já tiveram condições de juntar recursos para comprar suas próprias terras, uma quantidade muito maior poderá alcançar esse objetivo, trabalhando em terras do governo, sem a obrigação de pagar ao Estado o equivalente a metade da produção conseguida com seu suor.